



CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS - CNPEM

CNPJ 01.576.817/0001-75

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2015		01/01/2015		Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2015		01/01/2015	
		31/12/2016	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado			31/12/2016	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	4	67.796	4.623	3.932		Fornecedores	8	3.019	5.686	683	
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	4	3	21.237	27.332		Salários, férias e encargos a pagar	9	10.286	9.424	5.624	
Aplicações financeiras - sem restrição	4	27.074	22.397	46.361		Recursos de convênios/projetos e subvenções	10	352.380	302.499	186.815	
Aplicações financeiras - com restrição	4	328.216	66.208	78.371		Outras obrigações		1.951	3.205	2.325	
Convênios/projetos e subvenções a receber	5	-	259.797	61.340		Total do passivo circulante		367.636	320.814	195.447	
Contas a receber		155	1.154	502		Não circulante					
Estoques		424	383	372		Outras obrigações		1.677	-	328	
Adiantamento a fornecedor		54	869	640		Provisão para contingências	11	173	14.107	12.334	
Impostos a recuperar		-	177	17		Recursos de convênios/projetos e subvenções	10	312.328	169.380	37.308	
Outros ativos	6	1.438	3.991	4.506		Total do passivo		681.814	504.301	245.417	
Total do ativo circulante		425.160	380.836	223.373		Patrimônio líquido					
Não circulante						Patrimônio social	12	187.598	185.076	184.160	
Realizável em longo prazo						Total do passivo e do patrimônio líquido		869.412	689.377	429.577	
Depósitos judiciais	11	1.316	7.286	6.378							
Imobilizado											
Imobilizado - Sem restrição	7	137.185	142.371	139.203							
Imobilizado - Com restrição	7	302.905	155.583	57.717							
Intangível											
Intangível - Sem restrição	7	2.410	2.553	2.515							
Intangível - Com restrição	7	436	748	391							
Total do ativo		869.412	689.377	429.577							

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2015		Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2015	
		2016	Reapresentado			2016	Reapresentado
Superávit do exercício		2.522	916	Depósitos judiciais	11	5.970	(908)
Ajustes para conciliar o déficit ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				Fornecedores		(3.795)	5.003
Rendimento sobre aplicações financeiras		(3.307)	(3.240)	Salários, férias e encargos a pagar	9	861	3.800
Variações monetárias, líquidas	13	(2)	227	Recursos de convênios/projetos e subvenções	10	193.093	247.755
Variações monetárias de Projeto, líquidas	13	1.131	140	Contingências trabalhistas	11	(12.182)	-
Custo de bens do ativo imobilizado baixados		577	219	Outras obrigações e adiantamentos		260	553
Provisões para Contingências	11	(1.753)	1.773	Total		448.507	57.438
Depreciações e amortizações	7	16.895	15.630	Fluxo de Caixa líquidos, gerado pelas atividades Operacionais		463.214	73.103
Outros ajustes que não afetem o caixa pelas atividades operacionais		(1.355)	-	Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Total		14.708	15.665	Adições ao imobilizado e intangível	7	(157.897)	(117.874)
				Aplicações Financeiras	4	(263.378)	39.367
Variações nos ativos e passivos operacionais:				Fluxo de caixa líquidos, gerado pelas atividades de Investimento		(421.275)	(78.507)
Convênios/projetos e subvenções a receber	10	259.797	(198.457)	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		41.939	(5.404)
Contas a receber		999	(652)	Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa:			
Estoques		(41)	(11)	No início do exercício	4	25.860	31.264
Impostos a recuperar		177	(160)	No fim do exercício	4	67.799	25.860
Adiantamento a Fornecedores		814	-	Total		41.939	(5.404)
Outros ativos		2.553	515				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM ("CNPEM", "Instituição") - é uma Organização Social. A denominação passou a ser utilizada em 2012, em substituição à Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron ("ABTLUS"), pessoa jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997. O CNPEM tem por missão promover e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio de seus Laboratórios Nacionais, que articulará, provendo-os das condições necessárias para a consecução de suas respectivas missões e o alcance de seus objetivos estratégicos, afins com os da Instituição. O CNPEM atua em cumprimento ao Contrato de Gestão estabelecido com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ("MCTIC"), visando o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação em quatro Laboratórios Nacionais, a saber: o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron ("LNSL"); o Laboratório Nacional de Biosciências ("LNBio"); o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Biotanol ("CTBF") e o Laboratório Nacional de Nanotecnologia ("LNNano"). O mencionado Contrato de Gestão MCTIC/CNPEM suporta o custeio das atividades desenvolvidas nos quatro Laboratórios Nacionais. Os resultados esperados constituem metas pactuadas anualmente, denominados Indicadores de Desempenho Técnico, aplicáveis a todos os Laboratórios Nacionais. Esses resultados são avaliados semestralmente por uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, integrada por representantes qualificados na Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998. Cabe registrar que o CNPEM é presentemente responsável por um novo projeto de engenharia científica, a cargo da equipe técnico-científica do LNSL: a construção de uma nova Fonte de Luz Síncrotron ("SIRIUS"), de quarta geração, para o qual o MCTIC tem aportado recursos financeiros com destinação específica. O Contrato de Gestão atual do CNPEM junto ao MCTIC foi firmado em setembro de 2010 contemplando o período de 2010 a 2016 e pactuado um orçamento total de R\$478.446 com desembolsos financeiros anuais, tendo o seu prazo de vigência prorrogado até setembro de 2017 por meio do 15º Termo Aditivo. Durante o exercício de 2016, foram firmados os 14º, 15º e 16º Termos Aditivos, pactuando R\$9.600, R\$ 250.674 e R\$ 13.300, respectivamente. A emissão do parecer acerca dos resultados obtidos em 2016 pelo CNPEM, a ser emitido pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Contrato de

Gestão - CAACQ está prevista para março de 2017. Em 2016, o CNPEM iniciou a discussão sobre a renovação do Contrato de Gestão com o MCTIC, para mais 5 anos, para o prosseguimento dos projetos em andamento, bem como manter suas atividades. O CNPEM possui a expectativa de que o novo contrato seja formalizado no decorrer do exercício de 2017. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Diretor Geral, em 13 de fevereiro de 2017. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Institutos sem Finalidade de Lucros. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Instituição no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.4. **2.1 Reapresentação de saldos iniciais** - Em 2016, a Instituição avaliou a sua prática de reconhecimento de receitas do Contrato de Gestão com o MCTIC, que até o exercício de 2015 era reconhecida pelo regime de caixa e, por entender que a melhor prática do reconhecimento da receita seria pela competência dos contratos, definiu a partir do exercício de 2016 a mudança da prática contábil, com a reapresentação destes efeitos a partir do balanço inicial de 1º de janeiro de 2015. Desta forma, estamos representando estas demonstrações para efeitos comparativos. Ademais, a Instituição alterou também a apresentação dos Convênios, que até o exercício de 2015 eram reconhecidos apenas em contas patrimoniais, sem afetar o resultado. Desta forma, a partir do exercício de 2016, a Instituição alterou a forma do reconhecimento, sendo eles

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Valores expressos em milhares de reais)

Receitas operacionais com desenvolvimento tecnológico	Nota	2015		Receitas operacionais com desenvolvimento tecnológico	Nota	2015	
		2016	Reapresentado			2016	Reapresentado
Com restrição				Com restrição			
Reconhecimento subvenções Federais - Projeto Sirius	10.2	25.823	18.990	Reconhecimento subvenções Federais - Projeto Biotec	10.2	1.992	550
Reconhecimento subvenções Federais - Projeto Sissano	10.2	537	47	Reconhecimento subvenções Federais - Projeto Sissano	10.2	537	47
Reconhecimento receitas sobre depreciação de projetos	10.2	5.897	3.980	Reconhecimento receitas sobre depreciação de projetos	10.2	5.897	3.980
Total		34.249	23.567	Total		34.249	23.567
Sem restrição				Sem restrição			
Subvenções federais	10.2	83.961	83.000	Subvenções federais	10.2	83.961	83.000
Serviços prestados		1.470	2.245	Serviços prestados		1.470	2.245
Atividades administrativas		442	503	Atividades administrativas		442	503
Rendimentos financeiros		5.746	4.982	Rendimentos financeiros		5.746	4.982
Total		91.619	90.730	Total		91.619	90.730
Resultados de convênios				Resultados de convênios			
Gastos incorridos	10.1	(14.632)	(24.846)	Gastos incorridos	10.1	(14.632)	(24.846)
Realização de receita de convênios		14.632	24.846	Realização de receita de convênios		14.632	24.846
Total		-	-	Total		-	-
Custos das atividades de desenvolvimento tecnológico				Custos das atividades de desenvolvimento tecnológico			
Salários, encargos e despesas relacionadas	13	(58.871)	(57.612)	Salários, encargos e despesas relacionadas	13	(58.871)	(57.612)
Depreciação e amortização	13	(15.319)	(14.279)	Depreciação e amortização	13	(15.319)	(14.279)
Serviços de terceiros	13	(6.518)	(5.268)	Serviços de terceiros	13	(6.518)	(5.268)
Material de consumo e outros		(93.266)	(87.754)	Material de consumo e outros		(93.266)	(87.754)
Total		32.602	26.543	Total		32.602	26.543
Superávit bruto				Superávit bruto			
Despesas operacionais				Despesas operacionais			
Administrativas				Administrativas			
Salários, encargos e despesas relacionadas	13	(14.015)	(14.456)	Salários, encargos e despesas relacionadas	13	(14.015)	(14.456)
Depreciação e amortização	13	(1.579)	(1.351)	Depreciação e amortização	13	(1.579)	(1.351)
Serviços de terceiros	13	(9.420)	(8.967)	Serviços de terceiros	13	(9.420)	(8.967)
Material de consumo	13	(1.147)	(981)	Material de consumo	13	(1.147)	(981)
Viagens	13	(293)	(349)	Viagens	13	(293)	(349)
Total		(26.454)	(26.104)	Total		(26.454)	(26.104)
Despesas financeiras e tributárias				Despesas financeiras e tributárias			
Impostos e taxas	13	(2.896)	(1.217)	Impostos e taxas	13	(2.896)	(1.217)
Resultado de variação cambial, líquida	13	(1.129)	227	Resultado de variação cambial, líquida	13	(1.129)	227
Outros resultados operacionais, líquidos		399	1.467	Outros resultados operacionais, líquidos		399	1.467
Superávit do exercício		2.522	916	Superávit do exercício		2.522	916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

Saldo de abertura em 1º/01/2015	Nota	Total do Patrimônio Líquido	
		Social	Líquido
Ajustes de anos anteriores	2.1	165.158	165.158
Saldo em 1º/01/2015 (reapresentado)	12	184.160	184.160
Superávit do exercício		916	916
Saldos em 31/12/2015 (reapresentado)	12	185.076	185.076
Superávit do exercício		2.522	2.522
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12	187.598	187.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Continuação

registrados no resultado por competência, conforme requerido pela ITG 2002. Estes efeitos nas demonstrações financeiras de 2015 também estão sendo representados. Os valores em 2015 são R\$ 24.846 de despesas e sua receita também é de R\$ 24.846, portanto, não afetando o superávit do exercício. Os ajustes estão rerepresentados conforme a seguir: a) Ajustes relacionados a períodos anteriores com impacto nos saldos de 1º de janeiro de 2015: - A Instituição ajustou seus saldos de Recursos de convênios/projetos e subvenções circulante e não circulante no balanço patrimonial em R\$ 1.185 referente aos saldos de Sirius, SisNano, Biotec e Contrato de Gestão. Os saldos foram ajustados na data base de 1º de janeiro de 2015 e a abertura destes ajustes está apresentada abaixo:

Descrição	Grupo	Ajuste
Reconhecimento de subvenções federais - Projeto Sirius	Patrimônio Social	(1.642)
Reconhecimento de subvenções federais - Projeto Biotec	Patrimônio Social	1.358
Reconhecimento de subvenções federais - Projeto SisNano	Patrimônio Social	878
Reconhecimento de subvenções federais - Contrato de gestão	Patrimônio Social	591
Total		1.185

* Adicionalmente, havia sido reconhecido no exercício de 2015 em função da antiga prática contábil de reconhecimento pelo regime de caixa, a receita de subvenções governamentais oriundas do Contrato de Gestão no valor de R\$ 17.817 que se refere aos termos aditivos de anos anteriores. Desta forma, a Instituição ajustou seu resultado de 2015, reduzindo a receita reconhecida nesse montante. Por se tratar de saldo de anos anteriores, o efeito do referido ajuste já se encontrava incorporado ao patrimônio líquido da Instituição. Desta forma, a Instituição ajustou o saldo inicial em R\$19.002, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ("DMPL") das demonstrações financeiras. Seguem os ajustes realizados:

Passivo Circulante	1º/01/2015		1º/01/2015 (Nota 2.1 - Reapresentado)
	Original	Ajustes	
Recursos de convênios/projetos e subvenções	205.817	(19.002)	186.815
Total do passivo circulante	213.169	(19.002)	195.447

b) Ajustes relacionados ao exercício findo em 31 de janeiro de 2015: • Em 31 de dezembro de 2015, foram ajustados R\$ 55.900 na conta Recursos de convênios/projetos e subvenções circulante em contrapartida do resultado do exercício, referente a receitas não apropriadas em 2015 em decorrência da antiga prática contábil, ou seja, valores que pela competência já eram devidos de reconhecimento da receita, porém ainda não haviam sido recebidos. • Desta forma, o efeito total no resultado do exercício de 2015 foi de R\$38.083, sendo: 1) apropriação de receita no valor de R\$ 55.900 e 2) estorno de R\$ 17.817 conforme mencionado anteriormente no item a) acima. • Os efeitos no balanço patrimonial foram redução do passivo circulante da conta de recursos de convênio/subvenção governamental no valor de R\$73.498, composto por: 1) apropriação da receita de R\$ 55.900 mencionado acima, 2) ajuste de R\$ 1.185 também mencionado no item a) acima e 3) uma reclassificação de R\$ 16.413 para o não circulante referente a receita diferida de depreciação de ativos de projetos.

Segue abaixo, os ajustes das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015:

Balança patrimonial	31/12/2015		31/12/2015 (Nota 2.1 - Reapresentado)
	Original	Ajustes	
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Recursos de convênios/projetos e subvenções	375.997	(73.498)	302.499
Total do passivo circulante	394.312	(73.498)	320.814
Não circulante			
Recursos de convênios/projetos e subvenções LP	152.967	16.413	169.380
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	127.991	57.085	185.076
Total do passivo e do patrimônio líquido	689.377	-	689.377

Demonstração do resultado	2015		2015 (2.1 Reapresentado)
	Original	Ajustes	
Receitas operacionais com desenvolvimento tecnológico sem restrição	44.917	38.083	83.000
Despesas de convênios	-	(24.846)	(24.846)
Realização de receita de convênios	-	(24.846)	(24.846)
Superávit (déficit) bruto	(11.539)	38.083	26.544
Superávit (déficit) do exercício, líquido	(37.167)	38.083	916
			31/12/2015 (Nota 2.1 - Reapresentado)
	31/12/2015 Original	Ajustes	
Demonstrações de fluxos de caixa			
Superávit (déficit) do exercício	(37.167)	38.083	916
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Recursos de Convênios/projetos e subvenções	285.839	(38.083)	247.755

Para uma melhor visualização dos ajustes realizados, abaixo segue quadro explicativo.

Descrição	Valores
Ajustes sobre passivos de projetos, convênios e subvenções	1.185
Reconhecimento de Subvenção de 2014	(17.817)
Total de ajuste nos saldos iniciais DMPL em 1º/01/2015	19.002
Ajustes nas Demonstrações financeiras de 31/12/2015	
Reconhecimento de Receita de Subvenção de 2015	55.900
Ajustes sobre passivos de projetos, convênios e subvenções	1.185
Total de ajuste no Patrimônio Líquido em 31/12/2015	57.085
Reclassificação de circulante para não circulante 31/12/2015	16.413
Total do ajuste no passivo circulante em 31/12/2015	73.498
Ajustes no Resultado de 31/12/2015	
Reconhecimento de Receita de Subvenção de 2015	55.900
Reversão de reconhecimento de Receita de Subvenção de 2014	(17.817)
Total de ajustes no Resultado de 2015	38.083
Ajuste no reconhecimento de Convênios de 31/12/2015	
Reconhecimento de Receita de Convênios de 31/12/2015	24.846
Reconhecimento de Despesa de Convênios de 31/12/2015	(24.846)

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **3.2. Moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Instituição, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Instituição pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras. **3.3. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros - Classificação e Mensuração** - Os ativos financeiros da Instituição estão classificados como empréstimos e recebíveis. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os principais ativos financeiros da Instituição incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, convênios/projetos e subvenções a receber, contas a receber e outros ativos. **Impairment de ativos financeiros** - Ativos mensurados ao custo amortizado. A Instituição avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. **Caixa e equivalente de caixa** - São representadas por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização. Normalmente, as aplicações financeiras que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registradas como equivalentes de caixa. As disponibilidades, denominadas "sem restrição", são originadas principalmente de recursos providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, destinados ao custeio das atividades da Instituição. As disponibilidades, denominadas "com restrição", são destinadas para desenvolvimento dos Projetos SIRIUS, SisNano e BIOTEC. **Aplicações financeiras** - São valores aplicados em CDB, Debêntures e Fundos de Renda Fixa, cujos vencimentos ocorram entre janeiro de 2017 à setembro de 2020, classificadas como recebíveis e são mensuradas pelo custo amortizado por meio do resultado, possuindo liquidez imediata. Conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, o caixa e equivalente de caixa deve ser mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos. **Subvenções a receber** - As subvenções governamentais são reconhecidas em conformidade com o CPC 07 - Subvenção e assistência governamental aprovada pela Resolução CPC nº 1.305/10, sendo registradas como Subvenções a receber pelo acordado em contrato até o efetivo recebimento. A subvenção governamental relacionada a projetos é reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, obedecendo o regime de competência de exercícios. A subvenção governamental relacionada ao contrato de gestão é reconhecida de acordo com o regime contábil de competência de exercício, feito com base nos aditivos contratuais emitidos anualmente pelo MCTIC. **Passivos financeiros - Classificação e Mensuração de passivos financeiros** - A Instituição determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado (superávit/déficit) no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de

juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Instituição incluem contas a pagar a fornecedores e outras obrigações. **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **3.4. Estimativas contábeis** - São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Instituição. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: i) a seleção de vidas úteis do imobilizado e intangível; e ii) a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.5. Demais ativos e passivos, circulantes e não circulantes - a. Imobilizado e Intangível** - É registrado ao custo de aquisição, formação, construção ou aos valores atribuídos às doações patrimoniais e deduzidos da depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Os ativos denominados "sem restrição", são originados principalmente de recursos providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, destinados ao custeio das atividades da Instituição. Os ativos denominados "com restrição", são destinados nos investimentos em desenvolvimento dos Projetos SIRIUS, SisNano e BIOTEC e Convênios. A depreciação e a amortização são calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo, à taxa que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estando assim em conformidade com o CPC 27. O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, determina que a Instituição deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor (impairment) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação e amortização. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, ou seja, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos são agrupados e avaliados de acordo com os fluxos de caixa gerados pelo ativo ou grupo de ativos que representem uma unidade geradora de caixa independente. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. **b. Recursos de convênios e projetos** - São recursos captados junto a agências de fomento, com destinação específica nos projetos aprovados e registrados como passivo pelo valor de contrato até a efetiva destinação dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados com base na movimentação dos valores substancialmente relacionados a rendimentos financeiros decorrentes das aplicações dos recursos não utilizados e dos correspondentes gastos incorridos ou destinação do recurso para ativos imobilizados e intangíveis, conforme CPC 07, conforme Nota explicativa 10. **b1. Saldos dos recursos destinados à implantação do Projeto SIRIUS, Projeto SisNano e BIOTEC** - Pela natureza dos recursos (Subvenção e assistência do Governo Federal), esses valores são tratados conforme determina o CPC 07, cuja aplicação está mencionada nas Notas 3.3. O registro inicial tem contrapartida no mesmo montante no ativo de convênios/projetos e subvenções a receber. A apropriação no resultado do exercício ocorre nos períodos ao longo dos quais a Instituição reconhece os custos relacionados ao objeto de compensação, portanto, se destinados recursos para aquisição de imobilizado ou intangíveis, a realização da receita acompanha a vida útil dos bens adquiridos. **c. Outros benefícios a empregados** - Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Instituição incluem em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS, férias e 13º salário), benefícios que são registrados no resultado do exercício com base em competência, à medida que são incorridos conforme determina o CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CPC nº 1.425/13. **d. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.6. Provisão para contingências** - A Instituição registra somente os processos classificados pelos assessores jurídicos como perda provável a valores atualizados (Nota 12), conforme determinação do Pronunciamento Técnico CPC 25 ou NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CPC nº 1.180/09, no qual as provisões são reconhecidas, pois são baseadas em estimativas confiáveis, são obrigações presentes e

Continua



Continuação

indicam que haverá uma saída de recursos para liquidar as obrigações. 3.7. **Patrimônio líquido** - O patrimônio líquido é representado pelos superávits e/ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor. Conforme estatuto social, a Instituição deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. 3.8. **Demonstração do Resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. As subvenções para custeio dos Projetos SIRIUS, SisNano e do BIOTEC vêm sendo contabilizadas no passivo, sendo que a transferência para o resultado do exercício ocorre com base nas despesas incorridas, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os gastos com pesquisas são reconhecidos quando incorridos. As subvenções recebidas do Contrato de Gestão com o MCTIC para custeio dos Laboratórios Nacionais são reconhecidas de acordo com regime contábil de competência de exercícios feito com base o contrato entre as partes. A metodologia para rateio dos gastos comuns aos Laboratórios Nacionais é definida e aprovada pela direção da Instituição e periodicamente é revisada e atualizada. 3.9. **Trabalho voluntário** - Para efeito de cumprimento ao ITG 2002 - Institutos sem Fins Lucrativos, a Instituição identificou e valorizou as atividades recebidas de voluntários durante o exercício de 2016 no montante de R\$124 (R\$115 em 2015). O valor justo foi estimado tendo como referência a quantidade de horas dedicadas à Instituição, multiplicado pelo custo/hora de profissionais do mercado considerando as atividades executadas semelhantes à dos voluntários bem como seu nível de formação técnica. 3.10. **Tributação** - A Instituição goza de isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit, conforme determinado pela Lei 9.532/97. A Instituição tributa suas receitas financeiras para os seguintes impostos: PIS e COFINS, sendo 1,65% e 7,6% respectivamente. A Instituição não tributa PIS e COFINS sobre a receita de subvenção governamental recebida, pois os recursos que são repassados para atender as obrigações do Contrato de Gestão têm natureza de repasse de recursos públicos destinados à realização de atividades e projetos, restando afastada a incidência de impostos ou contribuições, por não caracterizarem contraprestação de serviços.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	67.796	4.623	3.932
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	3	21.237	27.332
Caixa e equivalentes de caixa	67.799	25.860	31.264
Debêntures contrato gestão	6.051	3.526	30.305
Debêntures reserva do conselho	21.023	18.871	16.056
Aplicações financeiras - sem restrição	27.074	22.397	46.361
Debêntures projetos	328.216	66.208	78.371
Aplicações financeiras - com restrição	328.216	66.208	78.371
	423.089	114.465	155.996

4.1. Composição de Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
Saldos das Contas do Contrato de Gestão	395.603	92.385	134.422
Sem Restrição	91.642	23.528	47.959
Disponível moeda nacional/estrangeira	48	63	55
Bancos conta Corrente - CNPEM	4	7	21
Banco do Brasil S/A - CDB - FUNDO - CG	64.514	1.039	484
Banco do Brasil - CDB Res. Técnica	1	22	1.039
Banco do Brasil - Debêntures - CG	6.051	3.526	30.305
Banco Bradesco - Debêntures - Res. Técnica	13.322	9.659	7.764
Banco do Brasil - Debêntures - Res. Técnica	7.702	9.212	8.291
Com Restrição	303.961	68.857	86.463
Conta corrente - BB - Sirius	-	-	1
Conta corrente - Bradesco - Sirius	-	-	-
Banco do Brasil - CDB - Sirius	306	7	410
Conta corrente - BB - Biotec	-	1	2
Conta corrente - Projeto Biotec	-	-	-
Banco do Brasil - CDB - Biotec Lima	1.676	1.345	-
Conta corrente - BB - SisNano	506	-	1
Banco do Brasil - CDB - Biotec	2	170	2.140
Banco do Brasil - CDB - SisNano	7.972	437	4.623
Banco do Brasil - CDB Proj.Sirius Filial	1.548	689	915
Banco Bradesco - Debêntures - Sirius	15.040	13.412	12.309
Banco do Brasil - Debêntures - Sirius	7.434	22.517	59.625
Banco do Brasil - Debêntures - SisNano	3.693	2.876	415
Banco do Brasil - Debêntures Sirius Filial	165.498	23.695	6.022
Banco do Brasil - Debêntures Biotec	2.191	3.708	-
Banco do Brasil - Fundo Renda Fixa Sirius	98.095	-	-
Saldos das Contas de Outras Fontes de Recurso	27.486	22.080	21.574
Sem Restrição	3.229	3.492	2.333
Banco do Brasil S/A - CDB - EG	3.229	3.492	2.333
Com Restrição	24.257	18.588	19.241
Bancos Conta Corrente - Convênios	575	5	245
Aplicações Financeiras - Convênios	21.981	18.583	18.996
Banco Bradesco - Reserva Convênios	1.701	-	-
	423.089	114.465	155.996

O caixa e equivalente de caixa estão compostos basicamente por certificados de depósitos bancários que têm prazos de vencimentos entre janeiro e setembro de 2017 e as taxas de juros variam de 96% a 98% do CDI, possuindo liquidez imediata. As aplicações financeiras se referem a valores aplicados em debêntures e fundos de renda fixa e tratam-se de títulos emitidos por terceiros, cujos vencimentos ocorrerão entre janeiro de 2017 a novembro de 2020 e a remuneração é de 100% a 101% do CDI. As Instituições financeiras são instituições de primeira linha. Todas as aplicações financeiras da Instituição possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de caixa da Instituição, motivo pelo qual estão classificadas no ativo circulante. Em 2016, o saldo financeiro do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi de R\$423.089, sendo que recursos do Contrato de Gestão totalizam R\$91.642, sendo: i) R\$70.617 a recursos destinados às metas iniciadas em 2016; e ii) R\$21.025 à Reserva Técnica. O aumento no caixa da Instituição no exercício de 2016 ocorreu devido ao recebimento integral dos recursos contratados junto ao MCTIC pelo 14º, 15º e 16º Termos Aditivos do Contrato de Gestão conforme demonstrado na Nota 5. O montante disponível como Conta Corrente, Debêntures e Fundo Fixo, destinados ao Projeto Sirius (RS287.921) e SisNano (RS12.701), demonstrado no quadro acima, destinam-se à execução da Obra da Nova Fonte de Luz Sincrotron e à aquisição de microscópios para o Laboratório de Nanotecnologia. A previsão de realização destes montantes está prevista para o primeiro semestre de 2017.

5. Convênios/projetos e subvenções a receber

	31/12/2015	Adição de contratos e aditivos	Baixa por recebimento efetivo	31/12/2016
Contrato de gestão de operação	55.900	83.961	(139.861)	-
Projeto Sirius	196.620	181.962	(378.582)	-
Projeto SisNano	7.277	7.650	(14.927)	-
Projeto Biotec	-	-	-	-
	259.797	273.573	(533.370)	-

	1º/01/2015 (Reapresentado)	Adição de contratos e aditivos	Baixa por recebimento efetivo	31/12/2015
Contrato de gestão de operação	17.818	83.000	(44.918)	55.900
Projeto Sirius	28.177	240.619	(72.176)	196.620
Projeto SisNano	10.346	8.277	(11.346)	7.277
Projeto Biotec	4.999	-	(4.999)	-
	61.340	331.896	(133.439)	259.797

Os valores acima se referem aos montantes a receber de convênios/projetos e subvenções detalhados na nota explicativa 10.

6. Outros ativos

	2016	2015	01/01/2015
Adiantamentos	845	2.454	4.306
Despesas antecipadas	476	1.422	16
Outros	117	115	184
	1.438	3.991	4.506

O saldo de adiantamento é composto basicamente de recursos adiantados aos convênios e ao despachante aduaneiro. Como despesa antecipada temos o licenciamento do uso de software, cujo prazo é de 1 ano.

7. Imobilizado e intangível

	Depreciação/amortização % a.a.	Custo	Depreciação/amortização acumulada	2016	2015
Equipamentos de pesquisa	10 a 29	131.796	(64.817)	66.979	62.176
Móveis e utensílios	10 e 15	49.230	(19.770)	29.460	29.505
Equipamentos de computação	10 a 40	8.678	(5.226)	3.452	3.032
Edifícios	4	43.224	(5.649)	37.575	38.070
Veículos	20	1.035	(357)	679	734
Bens desenvolvimento interno	-	-	-	-	-
Adiantamento em andamento	-	859	-	859	6.143
Imobilizado em andamento	-	330	-	331	1.258
Instalações e benfeitorias	-	-	-	-	-
Outros	10	4.629	(3.288)	1.341	1.453
Outros	-	(3.490)	-	(3.490)	-
Impairment	-	-	-	-	-
Imobilizado sem restrição	-	236.291	(99.107)	137.185	142.371
Equipamentos de pesquisa	-	60.406	(12.612)	47.794	31.724
Móveis e utensílios	10 e 15	3.829	(3.729)	100	2.764
Equipamentos de computação	10 a 40	2.024	(1.072)	952	581
Edifícios	4	8.534	(574)	7.960	7.900
Veículos	20	18	(18)	-	7
Adiantamento em andamento	-	30.912	-	30.912	11.419
Obras em andamento	-	200.211	-	200.211	99.212
Imobilizado em andamento	-	13.522	-	13.522	1.958
Instalações e benfeitorias	-	6.141	(95)	6.046	-
Outros	-	1.425	(335)	1.090	18
Impairment	-	(5.682)	-	(5.682)	-
Imobilizado com restrição	-	321.340	(18.435)	302.905	155.583
Total imobilizado	-	557.631	(117.542)	440.090	297.954
Software sem restrição	14	4.495	(2.137)	2.410	2.553
Software com restrição	14	1.353	(917)	436	748
Total intangível	-	5.848	(3.054)	2.846	3.301

	Depreciação/amortização % a.a.	Custo	Depreciação/amortização acumulada	31/12/2015	1º/01/2015
Equipamentos de pesquisa	10 a 29	125.888	(63.712)	62.176	65.950
Móveis e utensílios	10 e 15	48.788	(19.283)	29.505	29.262
Equipamentos de computação	10 a 40	8.483	(5.451)	3.032	3.294
Edifícios	4	42.799	(4.729)	38.070	34.939
Veículos	20	1.033	(299)	734	499
Bens desenvolvimento interno	-	-	-	-	1.387
Importação em andamento	-	6.143	-	6.143	821
Obras em andamento	-	-	-	-	1.983
Imobilizado em andamento	-	1.258	-	1.258	-
Outros	10	4.726	(3.273)	1.453	1.068
Imobilizado sem restrição	-	239.118	(96.747)	142.371	139.203
Equipamentos de pesquisa	-	34.967	(3.243)	31.724	9.153
Móveis e utensílios	10 e 15	3.457	(693)	2.764	2.682
Veículos	20	7	-	7	-
Equipamentos de computação	10 a 40	834	(253)	581	638
Edifícios	4	8.268	(368)	7.900	-
Importação em andamento	-	-	-	-	1.366
Adiantamento em andamento	-	11.419	-	11.419	19.089
Obras em andamento	-	99.212	-	99.212	24.107
Imobilizado em andamento	-	1.958	-	1.958	-
Outros	-	18	-	18	682
Imobilizado com restrição	-	160.140	(4.557)	155.583	57.717
Total imobilizado	-	399.258	(101.304)	297.954	196.920
Software sem restrição	14	4.465	(1.912)	2.553	2.515
Software com restrição	14	1.180	(432)	748	391
Total intangível	-	5.645	(2.344)	3.301	2.906

Movimentação 2016

	2015	Adições	Baixas	Transferência	Dotações	2016
Equipamentos de pesquisa	160.856	13.390	(984)	-	18.938	192.200
Móveis e utensílios	52.246	329	(38)	(17)	539	53.059
Equipamentos de computação	9.316	1.270	(190)	(1)	307	10.702
Edifícios	50.736	412	-	(111)	721	51.758
Veículos	1.039	11	-	-	3	1.053
Obras em andamento	99.212	101.001	-	-	-	200.213
Imobilizado em andamento	3.217	12.422	(185)	(1.071)	-	14.383
Instalações e benfeitorias	330	343	-	128	5.670	6.471
Outros	4.745	358	(192)	1.072	71	6.054
Total do custo	381.697	129.536	(1.589)	-	26.249	535.893
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	(9.172)	(9.172)
Depreciação acumulada	(101.305)	(17.250)	1.012	-	-	(117.543)
Total imobilizado	280.392	112.286	(577)	-	17.077	409.178

Continua

Continuação

	Adiantamentos realizados		Compensação por adiantamento		2016
	2015				
Adiantamento para importação	17.562	28.223	-	(14.874)	30.911
Software	5.455	138	-	-	5.658
Marcas e Patentes	190	-	-	-	190
Amortização acumulada	(2.344)	(671)	14	-	(3.001)
Total intangível	3.301	(533)	14	-	2.846

Movimentação 2015

	Movimentação					2015
	2014	Adições	Baixas	Transferência	Doações	
Equipamentos de pesquisa	133.084	25.603	(789)	(207)	3.165	160.856
Móveis e utensílios	48.554	3.677	(1.530)	-	1.545	52.246
Equipamentos de computação	8.815	797	(407)	-	111	9.316
Edifícios	39.091	1.350	-	10.625	-	51.066
Veículos	728	311	-	-	-	1.039
Adiantamento a fornecedores	21.296	16.916	(20.651)	-	-	17.561
Obras em andamento	24.107	84.379	(171)	(9.103)	-	99.212
Imobilizado em andamento	3.350	1.609	(29)	(1.713)	-	3.217
Outros	4.734	162	-	(151)	-	4.745
Total do custo	283.759	134.804	(23.577)	(549)	4.821	399.258
Depreciação acumulada	(86.839)	(17.611)	3.145	-	-	(101.305)
Total imobilizado	196.920	117.193	(20.432)	(549)	4.821	297.953
Software	4.464	574	-	398	19	5.455
Marcas e Patentes - Ajustado	-	39	-	151	-	190
Amortização acumulada	(1.558)	(764)	(22)	-	-	(2.344)
Total intangível	2.906	(151)	(22)	549	19	3.301

A variação do saldo de imobilizado no exercício de 2016 está basicamente relacionada à construção do prédio da Nova Fonte de Luz Síncrotron, SIRIUS, registrada na conta Obras em Andamento, prevista para se encerrar em 2018. Bens recebidos em comodato - Os bens que formam o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (edifícios, equipamentos, etc.) foram basicamente cedidos para uso do CNPEM pelo MCTIC/CNPq, por meio do Contrato de Gestão mencionado na Nota 1 e, portanto, não estão contemplados nestas demonstrações financeiras. As cessões dos comodatos abaixo representam o volume de recursos aplicados em bens aguardando encerramento do processo de doação por parte de agências de fomento:

	2016	2015	01.01.2015
Bens cedidos pelo MCT/CNPq por meio do contrato de gestão	2.360	2.362	2.421
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra I	-	1.699	1.701
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra III	-	1.279	1.279
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Interação	-	1.249	-
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Proinfra	-	789	789
Bens cedidos pela Fundação CPqD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações	155	155	155
Bens sob responsabilidade FINEP/Getec	-	135	135
Bens em comodato / convênios / contrato gestão	1.757	564	171
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra V	-	67	67
Bens sob responsabilidade Auxílio Individual	1.931	-	-
	6.203	7.050	7.967

Os terrenos nos quais estão instaladas a matriz do CNPEM e sua Filial SIRIUS é de propriedade do Governo do Estado de São Paulo. O terreno da matriz foi declarado de utilidade pública pelo Processo nº 30.135, de 12 de julho de 1989, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 13 de julho de 1989. Durante o exercício de 2010, o Governo do Estado de São Paulo emitiu o "Termo de Permissão de Uso de Próprio da Fazenda do Estado de São Paulo, na conformidade do Decreto nº 55.359, de janeiro de 2010" por tempo indeterminado. A permissão de uso do terreno da Filial foi registrada no Decreto nº 61.002 de 18 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado.

8. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015	01.01.2016
Fornecedores	3.019	5.686	683
	3.019	5.686	683

9. Salários, férias e encargos a pagar: O valor apresentado em salários, férias e encargos a pagar é composto basicamente por provisão para férias e encargos trabalhistas. A variação da conta em 2016 refere-se à redução do saldo de provisão para férias devido às férias coletivas de final concedidas no final do ano de 2016 e a reclassificação dos valores do passivo circulante a pagar do processo trabalhista de periculosidade, os quais estavam registrados em sua totalidade no não circulante em provisão para contingências no valor de R\$3.488.

9.1 Partes relacionadas - A remuneração mensal dos dirigentes e empregados, com recursos do Contrato de Gestão, aprovada pelo Conselho de Administração, observa como limite máximo o que dispõe o inciso XI, do art. 37 da Constituição Federal, ou seja, salário mensal não superior a R\$33.700. O valor gasto em 2016 com a remuneração dos dirigentes em folha de pagamento foi de R\$2.044. 10. Recursos de convênios/projetos e subvenções: 10.1 Mapa de movimentação dos convênios - Abaixo, segue a movimentação de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

	Rendimento de aplicação financeira		Realização da receita diferida		Realização relativa a depreciação e amortização	31/12/2015
	1/01/2015	recebidos				
Petrobrás TMEC	247	-	8	-255		0
Convênio CTBE BNDES Jacto	2.116	-	142	-1.362		896
Convênio BNDES RHODIA	1.179	863	90	-1.777		355
Convênio CTBE BP	446	-	26	-347		125
Convênio FINEP PACMAN	892	2.248	63	-2.014		1.189
Convênio FINEP INFRAPEM	168	-	-	-12		156
Convênio BNDES LIMA	2.073	-	229	1		2.303
Convênio FINEP CONT COLOFF	13	-	14	-13		14
Convênio FINEP DTMX2	697	-	54	-132		619
Convênio DOW II	589	508	6	-1.073		30
Convênio MS SICONV LIMA	3.174	-	157	-1.345		1.986
Convênio FMC FSW CLAUD	705	854	41	-1.132		468
Convênio EMBRAPPI	1.005	-	39	-541		503
Convênio FINEP ELI LILLY	209	400	27	-232		404
Convênio ENZIMAS RAMIFICADAS-BRK	-	1.044	27	-404		667
Convênio PNUD SUCRE	-	2.029	30	-1.263		796
Convênio DNDI II	249	297	23	-37		532
Convênio DOW DSM	4.011	8.215	576	-7.625		5.177

Petrobrás CO2	1.288	23	66	-1.027	350
Petrobrás FSW 4	1.004	1.178	39	-1.148	1.073
Petrobrás LABWEB 2	11	370	2	-384	-1
Petrobrás SENSORMEG	390	-	21	-292	119
Convênios BNDES MAHLE	707	75	43	-632	193
Convênios LNBio GRANT U E	28	410	14	-290	162
Outros convênios	49	1.938	43	-1.510	520
Receita diferida ativos de convênios	9.988	9.273	-	-	-897
Recursos de convênios (a)	31.238	29.725	1.780	-24.846	-897
Recursos de projetos em Execução do Sirius	123.273	241.210	7.365	-102.416	-
Receita diferida ativos Sirius	41.584	83.426	-	-	-2.310
Recursos de projetos em Execução do SisNano	16.744	8.277	841	-15.265	-
Receita diferida ativos SisNano	3.663	15.359	-	-	-478
Recursos de projetos em Execução do BIOTEC	7.267	-	467	-3.898	-
Receita Diferida ativos BIOTEC	73	2.168	-	-	-54
Receita Diferida ativos Contrato de Gestão	185	8.232	-	-591	-241
Recursos de projetos (b)	192.789	358.672	8.673	-122.170	-3.083
Subvenção de contratos de gestão (operação)	-	83.000	-	-83.000	-
Subvenção de contrato de gestão (c)	-	-	-	-	-
Classificados no Passivo circulante	224.123	471.397	10.355	-230.016	-3.980
Passivo não circulante	37.308	-	-	-	169.380
	224.123	-	-	-	471.879

	2015 (2.1) representado		Rendimento de aplicação financeira		Constituição de receita diferida		Gastos incorridos	
	Recebidos							2016
Petrobrás TMEC	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênio Sensorbr	-	-	-	-	-1	1	-	-
Convênio CTBE BNDES Jacto	896	985	94	-563	-992	420	-	
Convênio BNDES RHODIA	355	-	10	-31	-334	-	-	
Convênio CTBE BP	125	-	5	-42	-88	-	-	
Convênio FINEP PACMAN	1.189	2.179	56	-8	-1.091	2.325	-	
Convênio FINEP INFRAPEM	156	-	7	-72	-52	39	-	
Convênio BNDES LIMA	2.303	-	288	-12	-10	2.569	-	
Convênio DOW II	30	-	-	-6	-24	-	-	
Convênio MS SICONV LIMA	1.986	3.000	166	16	-61	5.107	-	
Convênio FMC FSW CLAUD	468	-	37	-21	-43	441	-	
Convênio EMBRAPPI	503	-	35	-348	-3	187	-	
Convênio FINEP ELI LILLY	404	450	47	-127	-151	623	-	
Convênio ENZIMAS RAMIFICADAS-BRK	667	63	21	-217	-523	11	-	
Convênio PNUD SUCRE	796	4.593	34	-2.845	-2.577	1	-	
Convênio DNDI II	532	-	13	23	-568	-	-	
Convênio DOW DSM	5.177	6.255	579	-2.049	-4.501	5.461	-	
Petrobrás CO2	350	998	95	-157	-669	617	-	
Petrobrás FSW 4	1.073	937	112	143	-497	1.768	-	
Convênios BNDES MAHLE	193	700	61	-44	-480	430	-	
Convênios LNBio GRANT U E	162	313	20	-3	-463	29	-	
Petrobrás SAP	145	373	9	-41	-303	183	-	
Petrobrás E-Tong	-	345	11	-35	-196	125	-	
Finep Idcoloff	285	337	35	-376	-109	172	-	
DNDI	-	269	9	-63	-163	52	-	
Boticário	-	200	13	-92	-16	105	-	
Petrobrás Dutos	-	250	3	-	-	253	-	
EMBRAPPI Mahle	-	283	2	-	-	285	-	
Mahle CTBE	-	567	-	-	-	567	-	
Convênio FINEP DTMX2	619	-	17	-492	-28	116	-	
Outros convênios	222	1105	45	-113	-691	568	-	
Total de recursos 2016	18.636	24.202	1.824	-7.576	-14.632	22.454	-	

Constituição de receita diferida - Se refere a movimentações dos Convênios sendo composta basicamente por contas patrimoniais que não afetam o caixa, baixa e a realização do convênio por aquisição de imobilizado FINEP. Gastos incorridos - Se refere a todas as despesas de convênios no período que afetam o fluxo de caixa de cada contrato, sendo este, recurso monetário efetivamente utilizado pelo convênio, o qual foi reconhecido no resultado do exercício.

10.2 Movimentação das subvenções

	Movimentação das subvenções			
	Rendimento de aplicação financeira		Aquisições de Realização da receita	
	2015 (Nota 2.1) representado	Recebidos	financeira imobilizado	de Realização da receita
Projeto em execução do Sirius	72.813	378.582	11.259	(121.317)
Projeto em execução do SisNano	3.320	14.927	461	(5.952)
Projeto em execução do Biotec	3.836	-	349	-
	79.969	393.509	12.069	(127.269)
Subvenção do contrato de gestão (Operação)	-	83.961	-	-
As aquisições de imobilizado no valor de R\$127.269 referem-se aos ativos adquiridos no exercício de 2016, os quais são reclassificados para o não circulante, conforme demonstrado na nota 10.4, sendo posteriormente reconhecida a sua receita mediante a depreciação desses ativos.				(83.961)

10.3 Movimentação das subvenções governamentais

	Movimentação das subvenções a receber		
	2015	Adição de contratos e aditivos	Recursos recebidos
Projeto em execução do Sirius	196.619	181.963	(378.582)
Projeto em execução do SisNano	7.277	7.650	(14.927)
Projeto em execução do Biotec	-	-	-
Recursos de projetos (b)	203.896	189.613	(393.509)

Continuação



Continuação

10.4 Movimentação receita diferida

	Movimentação receita diferida 2016				
	2015	Ativações	Impairment	Realização da receita diferida por depreciação e amortização	Outros
Receita Diferida ativos Sirius	122.700	121.317	-	(1.661)	119
Receita Diferida ativos Sisnano	18.544	5.952	-	(1.513)	-
Receita Diferida ativos BIOTEC	2.187	-	-	(106)	-
Receita Diferida ativos convenio	18.364	23.041	(5.692)	(1.980)	-
Receita Diferida ativo Contrato de Gestão	7.585	7.587	(3.480)	(637)	1
Outros	-	-	-	-	-
	169.380	157.897	(9.172)	(5.897)	120

a) Recursos de convênios - A Instituição possui diversos projetos de pesquisa vinculada às empresas, agências de fomento e/ou bancos. Para isso, os instrumentos reguladores são firmados mediante Acordo de Cooperação ou Convênios entre as partes, com base em um plano de trabalho e um cronograma de desembolso específico ao projeto, que pode ou não haver contrapartida financeira do CNPEM, sendo que no fim do convênio é feita a prestação de contas ao parceiro. Em 31 de dezembro de 2016, os principais parceiros da Instituição são Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, FINEP, Ministério da Saúde, DOW DSM, EMBRAPA, Petrobrás, entre outros. Durante o exercício de 2016, foram recebidas doações patrimoniais dos convênios que correspondem a equipamentos para pesquisas e outros fins relacionados à atividade da Instituição, no montante de R\$17.077, conforme descrito na nota 7. **b) Recursos de projetos** - SIRIUS - Os recursos contratados estão destinados, em sua maioria, à execução do Projeto Sirius, à nova Fonte de Luz Sincrotron de quarta geração, planejada para ser uma das mais avançadas do mundo. Os valores apresentados no quadro 10.3 acima representam a diferença entre o saldo de orçamentos pactuados em exercícios anteriores, os rendimentos financeiros e o montante orçamentário executado deste projeto, além dos recursos firmados por meio do 15º termo aditivo ao Contrato de Gestão, no montante de R\$181.963. **SisNano** - Os recursos destinados a este projeto serão utilizados na aquisição de equipamentos para implantação da nova instalação do LNNano, viabilizando a realização das linhas de pesquisa previstas para o Laboratório de Referência do SisNano. Para 2016, o recurso do projeto foi firmado no 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, no montante de R\$7.650. **BIOTEC** - Este projeto tem por objetivo a criação de uma infraestrutura laboratorial destinada à geração de linhagens celulares e bancos de células produtoras de proteínas recombinantes. Em 2016, não foram contratados novos recursos e o projeto apenas deu continuidade às suas atividades, de acordo com o cronograma estabelecido. **c) Subvenção de contrato de gestão** - O contrato de gestão firmado entre o CNPEM e MCTIC é destinado para o custeio das atividades desenvolvidas nos Laboratórios Nacionais e seu resultado é medido anualmente, por meio de indicadores de desempenho técnicos. Os valores apresentados no passivo não circulante se referem a receita diferida registrada em contrapartida dos ativos imobilizados e intangíveis adquiridos para os respectivos projetos, os quais são depreciados/amortizados de acordo com a vida útil dos respectivos bens e direitos adquiridos. **11. Provisão para contingências:** A Instituição está envolvida em ações judiciais sobre questões fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. **Trabalhistas** - Em 2016, a Instituição realizou acordo judicial no processo de adicional de insalubridade e periculosidade, movido pelo sindicato da categoria, e foi homologado entre as partes em 27 de abril de 2016. Com o acordo judicial a Instituição reverteu o valor de R\$13.934 da rubrica Contingências no passivo não circulante, bem como o depósito judicial no valor de R\$6.150 no ativo não circulante. A diferença na reversão da provisão no montante de R\$1.753, foi registrado no resultado do exercício. O valor residual foi parcelado em 25 meses, a partir de maio de 2016, sendo 24 parcelas de R\$ 200 e a 25ª parcela de R\$ 88, registrado na rubrica do balanço Salários, férias e encargos a pagar, por não se tratar mais de provisão de causas a serem julgadas, mas sim, já definido em juízo como obrigações com proventos e seus respectivos impostos e contribuições. O saldo em dezembro de 2016 é de R\$ 3.488. Adicionalmente, os processos avaliados com possíveis chances de êxito se tratam de ações movidas por ex-funcionários e/ou funcionários de empresas prestadoras de serviços da Instituição pleiteando pagamentos de diferenças salariais, diferenças de horas extras acrescidas dos adicionais incidentes e reflexos, além de verbas rescisórias. Na maioria dos casos, a Instituição está incluída como responsável subsidiária pelo cumprimento de eventual condenação, por ser tomador dos serviços. O somatório dos processos possíveis totaliza R\$2.018, enquanto que os depósitos judiciais estão

corrigidos monetariamente. **Tributárias** - O depósito judicial tributário encontra-se, dentre outras ações, em instância administrativa e refere-se a auto de infração e imposição de multa, lavrado em 17 de fevereiro de 2004, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, relativo ao ICMS incidente na importação de máquinas e equipamentos no período de janeiro de 2001 a junho de 2002. Em atendimento ao referido dispositivo, a Instituição depositou em juízo perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas, em outubro de 2009, o montante de R\$672, previsto na ação com as devidas correções e, em setembro de 2012, a Instituição realizou um complemento do depósito no montante de R\$387, totalizando R\$1.059. O montante deverá ser corrigido por TR mais 0,5% ao mês, dessa forma o valor registrado de R\$1.192 em 2016 está atualizado com este índice. Apesar dos assessores jurídicos reconhecerem este processo com remota chance de perda, o depósito judicial se mantém até o julgamento final da causa.

	2016	2015	01.01.2015
Provisão para contingências			
Trabalhistas	173	14.107	12.334
Depósitos judiciais			
Trabalhistas	(124)	(6.094)	(5.319)
Tributárias	(1.192)	(1.192)	(1.059)
	(1.316)	(7.286)	(6.378)
	(1.143)	6.821	5.956

Movimentações 2016

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Provisão para contingências				
Trabalhistas	14.107	-	(13.934)	173
	14.107	-	(13.934)	173
Depósitos judiciais				
Trabalhistas	(6.094)	(180)	6.150	(124)
Tributárias	(1.192)	-	-	(1.192)
	(7.286)	(180)	6.150	(1.316)

Movimentações 2015

	01/01/2015	Adições	Baixas	31/12/2015
Provisão para contingências				
Trabalhistas	12.334	1.773	-	14.107
	12.334	1.773	-	14.107
Depósitos judiciais				
Trabalhistas	(5.319)	(776)	1	(6.094)
Tributárias	(1.059)	(133)	-	(1.192)
	(6.378)	(909)	1	(7.286)

12. Patrimônio líquido: A movimentação do patrimônio líquido refere-se ao superávit de cada exercício. **13. Custos, despesas restritas e sem restrição:** **Despesas com atividades de desenvolvimento tecnológico com restrição**

	2016	2015
PROJETO SIRIUS		
Salários, encargos e despesas relacionadas	17.762	15.109
Depreciação e amortização	1.662	2.291
Realização de receita diferida ativos doados	(1.662)	(2.291)
Serviços de terceiros	1.725	1.073
Material de consumo e outros	3.248	3.370
	22.735	19.552
Impostos e taxas	1.905	(121)
Resultado Variação Cambial, líquida	1.183	(441)
	3.088	(562)
	25.823	18.990

	2016	2015
PROJETO SISNANO		
Salários, encargos e despesas relacionadas	-	-
Depreciação e amortização	1.512	478
Realização de receita diferida ativos doados	(1.512)	(478)
Serviços de terceiros	105	(24)
Material de consumo e outros	225	52
	330	28
Impostos e taxas	64	4
Resultado Variação Cambial, líquida	143	15
	207	19
	537	47

	2016	2015
PROJETO BIOTEC		
Salários, encargos e despesas relacionadas	1.617	382
Depreciação e amortização	106	54
Realização de receita diferida ativos doados	(106)	(54)
Serviços de terceiros	42	149
Material de consumo e outros	278	17
	1.937	548
Impostos e taxas	44	2
Resultado Variação Cambial, líquida	11	-
	55	2
	1.992	550

	2016	2015
CONVÊNIO		
Gastos incorridos	14.632	24.846
Realização de receita diferida sobre gastos incorridos	(14.632)	(24.846)

Despesas com atividades de desenvolvimento tecnológico sem restrição

	2016	2015
Salários, encargos e despesas relacionadas	53.507	56.577
Depreciação e amortização	13.618	12.807
Realização de receita diferida ativos doados	(2.617)	(1.157)
Serviços de terceiros	20.106	18.364
Material de consumo e outros	4.207	3.159
	88.821	89.750
Impostos e taxas	883	1.332
Resultado Variação Cambial, líquida	(208)	198
	675	1.530
	89.496	91.280

14. Plano de previdência privada: A Instituição disponibiliza para 100% de seus colaboradores um plano de previdência privada por contribuição definida (BrasilPrev), com o objetivo de complementação da previdência oficial. No ato da aposentadoria, o participante poderá optar pelo benefício da aposentadoria ou pelo resgate do saldo alcançado na composição do seu fundo. O plano tem participação da Instituição e dos seus colaboradores na formação do fundo, por meio de contribuições mensais regulares e podendo o colaborador realizar aportes adicionais a qualquer tempo. O plano prevê rentabilidade garantida do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), acrescido de 6% ao ano, e taxa de carregamento de 3% sobre o valor das contribuições mensais. O montante das contribuições no exercício de 2016 foi de R\$2.928 (R\$2.074 em 2015). **15. Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistem basicamente de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme nota explicativa 4). A Instituição não possui empréstimos com terceiros. **Risco de crédito** - O risco de crédito é administrado pela Instituição. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes e depósitos em instituições financeiras. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha no mercado. **Risco de mercado** - Risco cambial: O risco cambial decorre das importações em moeda estrangeira realizadas pela Instituição, para os projetos em andamento. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Instituição não realizou operações com derivativos. **Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Instituição e monitorada pelo Departamento financeiro. Este Departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Instituição para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Instituição investe o excesso de caixa em aplicações financeiras e debêntures, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **16. Cobertura de seguros (não auditado):** A Instituição contratou cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2016, a apólice de seguro da Instituição totaliza R\$132.062, sendo as principais coberturas contra eventos de qualquer natureza, incluindo danos materiais e de responsabilidade civil de R\$120.000. **17. Avals, fianças e garantias:** A Instituição não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e não possuía em 31 de dezembro de 2016 e 2015, quaisquer transações como interveniente garantidora.

Rogério Cezar de Cerqueira Leite
Diretor-Geral pro-tempore

Cleonice Ywamoto
Diretora de Administração

Alessandra Dal Bom Takita
Contadora CRC 1SP243013/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as prá-

ticas contábeis adotadas no Brasil e institutos sem finalidade de lucro. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional** - Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Instituição possui como princi-

pal fonte de receita de suas operações o contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com vigência até setembro de 2017. De acordo com as informações da administração da Instituição, a renovação do contrato se encontra em andamento, entretanto, até o encerramento de nossos trabalhos de auditoria, não havia a formalização de sua renovação. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Instituição. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS 2002 (R.1)

Continua

Continuação
- "Institutos sem finalidade de lucro" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, indi-

vidualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 14 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "F"
Valdir Augusto de Assunção - Contador CRC 1SP135319/O-9

RESUMO DO RELATÓRIO CNPEM 2016

No Relatório Anual 2016 do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - apresentam-se os resultados técnico-científicos e de gestão dessa Organização Social (OS). Por meio do Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o CNPEM é responsável por operar quatro Laboratórios Nacionais: o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); o Laboratório Nacional de Biociências (LNBio); o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Biotecnológico (CTBE) e o Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano). O Relatório Anual 2016 do

CNPEM está estruturado em três Partes. A Parte I resume os resultados institucionais obtidos em cada um dos 4 Eixos de Atuação (Eixo 1 - Instalações abertas a usuários externos; Eixo 2 - Pesquisa e desenvolvimento *in-house*; Eixo 3 - Apoio à geração de inovação nos setores de agricultura, indústria e serviços (AIS); Eixo 4 - Treinamento, educação e extensão), os Indicadores de Desempenho pactuados com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, os destaques dos Laboratórios Nacionais e as principais realizações do CNPEM em 2016. A Parte II apresenta os resultados técnicos e informações detalhadas sobre as

atividades dos Laboratórios Nacionais, seus principais avanços, infraestrutura, projetos de pesquisa e desenvolvimento, melhorias técnicas, parcerias tecnológicas e ações de capacitação e treinamento. A Parte III detalha os Indicadores de Desempenho pactuados entre o MCTIC e o CNPEM e anexos. Nesta parte estão o Balanço Patrimonial e Parecer de Auditores Independentes. O Relatório Anual 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração do CNPEM em 22 de fevereiro de 2017. A íntegra do Relatório Anual 2016 do CNPEM está disponível em <http://www.cnpem.br> (mesmo acesso à informação).

CNPJ 01.576.817/0001-75

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº SC016010. Favorecido: CEMIB/Unicamp com intervenção da FUNCAMP. Objeto: Estudo Sanitário em Camundongos. Valor Global: R\$ 6.840,00. Fonte de Recurso: Ministério da Saúde - Convênio nº 791441/2013. Amparo Legal: Art. 25, caput da Lei 8.666/93. Data da Ratificação: 10 de março 2017, assinado pelo Diretor Geral pro tempore do CNPEM, Rogério Cesar de Cerqueira Leite.

FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO-FUNDAÇÃO UNISELVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2017/UNISELVA

Processos nº 2016/1006909/UNISELVA Contratante: Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso - FUNDAÇÃO UNISELVA. CNPJ nº 04.845.150/0001-57 Contratada: A M F CAPRIATA DISTRIBUIDORA DE COMPONENTES ELETRÔNICOS - ME. CNPJ nº 13.505.126/0001-60. Objeto: aquisição de equipamentos para organização de um estúdio. Valor Total de R\$ 73.520,00 Vigência: 3 meses. Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta dos contratos, convênios, projetos administrados pela Fundação. Assinado por Sandra Maria Coelho Martins Contratante e Angela M. F. Varela Capriata contratada, em 24/01/2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1/2017/UNISELVA

Processos nº 2016/1006909/UNISELVA Contratante: Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Federal de Mato Grosso - FUNDAÇÃO UNISELVA. CNPJ nº 04.845.150/0001-57 Contratada: MV ATACADISTA DE MÓVEIS LTDA - ME. CNPJ nº 19.071.896/0001-28. Objeto: aquisição de equipamentos para organização de um estúdio. Valor Total de R\$ 958,40 Vigência: 3 meses. Dotação orçamentária: As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta dos contratos, convênios, projetos administrados pela Fundação. Assinado por Sandra Maria Coelho Martins Contratante e Marcos Antonio Dias Machado contratada, em 24/01/2017.

FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2017 Tipo: Menor Preço

A Equipe de Apoio ao Pregão Eletrônico da FALUFSCar vem, através deste, comunicar que no extrato publicado no DOU de 06/03/2017 - pág.155 - Seção 3, onde está: Data e horário para envio das Propostas: a partir da divulgação do edital até as 08:30 do dia 21/03/2017. Abertura das Propostas: dia 21/03/2017 às 09:00 - Leia-se: Data e horário para envio das Propostas: a partir da divulgação do edital até as 08:30 do dia 29/03/2017. Abertura das Propostas: dia 29/03/2017 às 09:00

São Carlos, 15 de março de 2017.
SR. FRANCISCO WAGNER RUIZ
Gerente de Administração e Finanças

FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo nº 1254069-1 /2017 OBJETO: "Máquina de ensaios mecânicos dinâmicos - Instron Electropuls E3000" CONTRATADO: Shimadzu Latin America S.A (SLA) VALOR: Dólares 72.200,00 equivalentes a R\$ 226.404,76. CONTRATANTE: FAURGS - Fundação de Apoio da UFRGS. FONTE DE RECURSOS: CONVÊNIO UFRGS/FINEP 01.12.0524.00/CT-INFRA2011. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XXI da Lei 8.666/93. RECONHECIMENTO: em 02/03/2017, pelo Coordenador do projeto, Luis da Cunha Lamb. RATIFICAÇÃO em 07/03/2017, pelo Diretor-Presidente, Sergio Nicolaiewsky.

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017 - SRP

O Diretor Executivo da Fundação de Apoio à Pesquisa, no uso das suas atribuições legais, torna público a quem possa interessar que após a realização da adjudicação por parte do pregoeiro Carla Ataíde de Oliveira, fica HOMOLOGADO o processo em epígrafe pelo menor preço por lote cujo objeto é contratação empresa especializada para prestação de serviço em Interpretação e Teleconsultoria de Exames de Eletrocardiogramas, considerando vencedora a empresa: Guerra & Miranda Ltda, CNPJ: 07.507.740/0001-68, Lote 01, pelo valor R\$ 72.900,00 mil reais.

Goiânia, 14 de março de 2017.
REINALDO GONÇALVES NOGUEIRA

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS

AVISO DE ALTERAÇÃO SELEÇÃO PÚBLICA Nº 4/2017

A Fundação COPPETEC torna público que fará realizar Seleção Pública de Fornecedores tipo menor preço. Objeto: "Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de obra para finalização da Etapa A, referente à construção da Edificação intitulada CUBO - Centro de Interseção Multidisciplinar e seus anexos" o edital poderá ser solicitado através do e-mail: felicitacoes@coppetec.coppe.ufrj.br, ou pelo site: <http://www.coppetec.coppe.ufrj.br>. A data de abertura de propostas será 06/04/2017 às 10:00hs.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
FERNANDO ALVES ROCHINHA
Diretor Superintendente

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 91/2017- FUNDEP/GECON

Processo: 15203*39*091*3025 - Objeto: Aquisição de 475 Camundongos Balb/c. CONTRATADA: Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP - FUMCAMP - R\$ 19.000,00 - Fundamento Legal: Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93. Ratificado em 03/03/2017 - Presidente: Alfredo Gontijo de oliveira

FUNDAÇÃO PARQUE DE ALTA TECNOLOGIA DA REGIÃO DE IPERÓ E ADJACÊNCIAS

EXTRATOS DE DISPENSAS DE LICITAÇÃO

Contratada: 4DSP LLC; OBJETO: Placas mães; ORDENADOR DE DESPESAS: PEDRO ALVES CAVALCANTE JUNIOR; PROCESSO: TJAL 004/2017-FINEP 01.13.0335.01; VALOR: USD 9.910,00; Ratifico o afastamento de licitação, nos termos do art. 24, inciso XXI da lei nº 8666/93.

Contratada: Avnet, Inc; OBJETO: Placas mães; ORDENADOR DE DESPESAS: PEDRO ALVES CAVALCANTE JUNIOR; PROCESSO: TJAL 003/2017-FINEP 01.13.0335.01; VALOR: USD 6.780,00; Ratifico o afastamento de licitação, nos termos do art. 24, inciso XXI da lei nº 8666/93.

Contratada: Elcon Precision LLC; OBJETO: Grades de molibdenio; ORDENADOR DE DESPESAS: PEDRO ALVES CAVALCANTE JUNIOR; PROCESSO: TJAL 006/2017-FINEP 01.13.0335.01; VALOR: USD 14.271,26; Ratifico o afastamento de licitação, nos termos do art. 24, inciso XXI da lei nº 8666/93.

Contratada: Heatwave Labs, Inc; OBJETO: Emissores eletrônicos; ORDENADOR DE DESPESAS: PEDRO ALVES CAVALCANTE JUNIOR; PROCESSO: TJAL 007/2017-FINEP 01.13.0335.01; VALOR: USD 15.050,00; Ratifico o afastamento de licitação, nos termos do art. 24, inciso XXI da lei nº 8666/93.

Contratada: Materion Ceramics, Inc; OBJETO: Suportes de cerâmica; ORDENADOR DE DESPESAS: PEDRO ALVES CAVALCANTE JUNIOR; PROCESSO: TJAL 005/2017-FINEP 01.13.0335.01; VALOR: USD 5.972,22; Ratifico o afastamento de licitação, nos termos do art. 24, inciso XXI da lei nº 8666/93.

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU BRASIL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 0881/2016
Objeto: Aquisição de um PAINEL DE MONITORAMENTO, CONTROLE E CONEXÃO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE SISTEMA HÍBRIDO DE BIODIGESTÃO E FOTOVOLTAICO que será aplicado inicialmente na estação-piloto de produção de energia elétrica no projeto CERON, visando atender a Meta 3 do Convênio 116/2015 P&D Microgeradores CERON.

Contratante: Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil (CNPJ: 07.769.688/0001-18).

Contratada: ENGEVISA SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - EPP (CNPJ: 19.964.929/0001-69).

Valor da contratação: R\$ 14.550,00 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta reais).

Norma Aplicável: Lei 8.666, 21 de Junho de 1993.

FUNDAÇÃO REDE FERROVIÁRIA DE SEGURIDADE SOCIAL

EDITAL DE ELEIÇÃO

Pelo presente Edital a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, em consonância ao disposto no parágrafo 9º do artigo 23 de seu Estatuto Social e combinado com o artigo 12 do REGIMENTO ELEITORAL PARA OS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DA FUNDAÇÃO REFER - ELEIÇÕES 2017, aprovado pela Resolução nº 01-2017/CODEL, de 21 de fevereiro de 2017, convoca os PARTICIPANTES ATIVOS E PARTICIPANTES ASSISTIDOS, exceto os participantes da Patrocinadora REFER, que